

A Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI

Os Países de Língua Portuguesa na Cadeia de Valor Global da China

Fernanda Ilhéu

Prof. ISEG. Coordenadora ChinaLogus/ISEG. Presidente Associação Amigos da Nova Rota da Seda

As Cadeias de Valor Global e a China

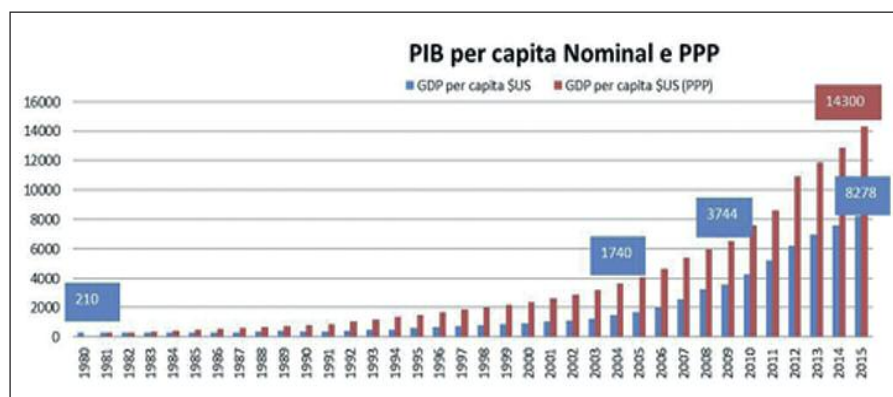
No Fórum de Davos de 2017, o Presidente Xi Jinping pela primeira vez desafiou aos EUA a liderança do processo de globalização, afirmando *"Se os EUA adoptam uma via mais mercantilista, os Asiáticos e Europeus em geral terão de se combinar para preservar o comércio livre" ... "Nós devemos permanecer comprometidos com o desenvolvimento do comércio livre global e investimento"*. No seu discurso Xi Jinping identificou dois problemas muito importantes *"A economia global tem permanecido lenta há já algum tempo. O gap entre ricos e pobres e entre o Sul e o Norte está a aumentar"* e identificou 3 causas chave; a falta de forças motrizes para o crescimento global, a governação económica global inadequada e o desenvolvimento global desigual.

A China sente que por ser a 2ª Economia Mundial tem a obrigação moral de ativamente contribuir para a solução destes problemas apresentando um novo modelo conceptual para o desenvolvimento económico global. A China aproveitou a oportunidade que o novo presidente americano lhe deu ao afirmar uma atitude protecionista de fechamento ao mundo e proclamação da Amé-

rica primeiro, indiferente aos equilíbrios mundiais, para afirmar no Fórum mais importante da economia mundial, que assumia a responsabilidade de liderar o processo de globalização. Assumiu também que o processo de globalização tem problemas e ameaças mas também tem aspetos muito bons reconhecendo que *"A China não só beneficiou da globalização económica mas também contribuiu para isso. O rápido desenvolvimento da China tem sido um motor sustentável e poderoso para a expansão e estabilidade económica global"*.

De facto de acordo com o Banco Mundial nos primeiros 38 anos da Reforma Económica da China 700 milhões de pessoas naquele país, saíram da linha de pobreza absoluta. O economista chinês Justin Yifu Lin ex-vice Presidente do Banco Mundial refere no seu livro *Demistifying the Chinese Economy* (2011) que em 1978 o rendimento per-capita nominal na China era de US\$210 e afirma que a mudança do destino da China começou em dezembro de 1978 quando o 3º Plenário da 11ª Sessão do Comité Central do Partido Comunista Chinês lançou a política de Reforma e Porta Aberta, para reformar a estrutura económica chinesa com o objetivo de se abrir ao exterior para obter mais comércio ex-

terno. Este processo teve um êxito enorme sobretudo a partir de dezembro de 2001 quando a China aderiu à Organização Mundial do Comércio. Nessa altura a China abriu-se ao Mundo e o Mundo também se abriu à China começando a mudar a geoeconomia global. Em 2010 a China era já a 2ª Economia do Mundo depois de ter ultrapassado o Japão e em 2015 o rendimento per-capita chinês era de US\$8278 em termos nominais e de US\$14300 em termos de PPP (paridade do poder de compra), portanto a China posiciona-se agora como um país de rendimento médio. Neste processo de crescimento acelerado a China arrastou consigo e beneficiou a economia global do Sul devido à integração na China das Cadeias de Valor Global (CsVG) das Empresas Transnacionais (ETNs), que transformaram a economia chinesa na fábrica do mundo, verdadeiramente podemos dizer no estágio final dos networks de produção da Ásia e consequentemente no maior mercado de aquisição de muitas matérias-primas, produtos semi-acabados e energia dos países menos desenvolvidos na Ásia, África e América Latina. A sinergia do modelo chinês foi também altamente benéfica para o poder de compra de milhões de europeus e americanos das classes médias e baixas que



poderam usufruir de mais conforto ao adquirirem produtos de baixo preço fabricados na China.

Podemos assim referenciar como o início da 1ª fase de globalização da China a Política de Reforma e Porta Aberta com um modelo que utilizou a cultura e alguns provérbios chineses para ser comunicado e entendido internamente e que se apresentou como experimentalista *"atravessar o rio sentido as pedras debaixo os pés"*, gradualista *"quando se abre uma janela entram ar fresco e mosquitos"* e pragmático *"não interessa se o gato é preto ou branco desde que cace o rato"* mas onde sobretudo progressivamente se implementaram políticas que tiveram claramente como objetivo atrair o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) das ETNs para integrarem a China nas suas CsVG e a utilizarem como plataforma exportadora. Essas políticas foram estruturantes em termos de mudar as infraestruturas físicas e legais da China, e não se pode deixar de referir o impacto que no seu tempo tiveram as 4 Modernizações (agricultura, indústria, defesa, ciência e tecnologia) e a Criação das Zonas Económicas Especiais iniciada no final dos anos 70 e início dos 80, a privatização de pequenas e médias empresas que ficou conhecida pela política de Agarra as Grandes deixa ir a Pequenas Empresas lançada em 1990, o lançamento da Economia

Socialista de Mercado em 1992, a Go West e a Go Global implementadas a partir do ano 2000 a primeira com o objetivo orientar o investidor para a zona Ocidental da China e a segunda para fomentar a globalização das empresas chinesas consideradas os campeões nacionais.

Estas políticas vistas à luz do racional económico das Teorias das Cadeias de Valor Global, dos Gansos Voadores e da Eclética fazem todo o sentido na lógica de atrair capital estrangeiro, tecnologia, produção e compradores estrangeiros. Essas teorias e modelos dizem-nos que o crescimento económico está relacionado com as CsVG que contribuem em média com 30% do PIB dos Países em Desenvolvimento. Estas Cadeias estabelecem fluxos comerciais de bens intermédios e serviços entre diferentes locais do mundo que vão incorporados em vários níveis do processo de produção até o produto acabado ser entregue ao consumidor final pelas ETNs. Em 2013 estas empresas coordenavam CsVG que eram responsáveis por 60% do comércio global de bens e serviços. De notar o aumento progressivo da importância destas CsVG visto que em 2011 elas eram responsáveis por 49% do comércio mundial e em 1995 por 36% (World Investment Report, UNCTAD 2013; International Statistics 2015). Isto mostra uma tendência crescente na progressiva es-

pecialização dos países em estádios de produção de bens, conhecida por especialização vertical, resultante das decisões de IDE destas empresas que assim criam novas oportunidades de comércio internacional. O Modelo dos Gansos Voadores de Akamatsu (1962) conclui que no desenvolvimento da indústria e tecnologia existe uma interação entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento uma vez que o investimento, a tecnologia e a produção voam dos países mais avançados para os menos avançados, utilizando a divisão internacional de trabalho baseada na dinâmica das vantagens comparativas. Na Ásia o ganso líder é considerado ser o Japão, seguido dos Dragões, e depois pelos Tigres e depois China e depois o Vietname, o Camboja... Sabemos também que em conformidade com a Teoria Eclética do Investimento Direto Estrangeiro (Dunning J.H. 1980; 1988) os mercados escolhem as empresas que os vão fornecer de acordo com as vantagens específicas das empresas e essas empresas depois escolhem os lugares no mundo onde vão produzir esses produtos de acordo com as vantagens próprias locais, e ao fazer isso elas vão internalizar as vantagens competitivas desses países na sua cadeia de valor.

Percebe-se assim que as políticas adoptadas pela China para convencer as ETNs dos países mais desenvolvidos a integrarem as suas CsVG na China decidindo ali investir, e para ali transferindo tecnologia e produção se concentrassem sobretudo na criação de vantagens específicas locais. Foi grande o compromisso do governo chinês na construção de infraestruturas físicas, na transformação da moldura legal tornando-a mais aberta e flexível e no desenvolvimento de políticas promocionais de atração de

IDE sobretudo junto das comunidades dos chineses ultramarinos. Não teria sido possível a China transformar uma economia agrária, tecnologicamente atrasada e completamente centralizada, numa economia industrial orientada para os mercados, no curto espaço de tempo em que a China o fez, sem o contributo das reformas feitas, do investimento direto estrangeiro, e a participação dos chineses ultramarinos.

Novo Paradigma de Desenvolvimento e a Cadeia de Valor Global da China

Mas a política do Produto Interno Bruto primeiro, se teve resultados rápidos e proporcionou a ascensão da China a 2ª Economia Mundial, com sinergias positivas na vida de milhões de pessoas que na China e em outras geografias do mundo melhoraram o seu nível de vida também criou muitos problemas. Nomeadamente tornou-se preocupante a forma de crescimento da economia chinesa cada vez mais insustentável em consumos energéticos com problemas ambientais, com cidades em que a poluição atinge níveis de toxidade que colocam a saúde em risco. A China tornou-se também numa sociedade altamente dividida com grandes disparidades na distribuição do rendimento, quer entre ricos e pobres quer entre habitantes das zonas urbanas e das zonas rurais, com estas em declínio com consequências económicas e sociais nefastas, por um lado a desertificação acentuou a escassez de produtos agrícolas já de si preocupante porque a terra arável na China sempre foi pequena, por outro lado a forma como a industrialização e urbanização foram conseguidas com grandes fluxos de milhões de migrantes socialmente não enquadrados, criou

problemas humanos e familiares graves.

O governo chinês começou no 11º Plano Quinquenal (2006-2011) a tentar corrigir estes e outros desequilíbrios como o excesso de capacidade instalada em muitos setores industriais nomeadamente os ligados à construção, a liquidez massiva aplicada à economia especulativa, a bolha imobiliária e os créditos bancários mal parados. Um novo paradigma de desenvolvimento começou a ser construído com o focus já não no crescimento rápido do PIB, mas no crescimento do PIB per-capita e em outras fontes de crescimento alternativas. Começa neste Plano Quinquenal a esboçar-se um novo modelo de desenvolvimento dentro da visão de Hu Jintao de um "*Desenvolvimento científico*" e uma "*Sociedade harmoniosa*" com novas áreas prioritárias como redistribuição do rendimento, a poupança de energia e uma energia verde, o sistema de saúde pública e os sistemas de ambiente e educação. O Plano de Médio-e-Longo Prazo para o Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia aprovado pelo Conselho de Estado em 2006 e com horizonte temporal de 15 anos pretende uma Sociedade Orientada pela Inovação em 2020 com não mais de 30% de importação da tecnologia utilizada e ambiciona tornar a economia chinesa na líder global da inovação em 2050.

Esta mudança de paradigma tem sido um processo longo e persistentemente defendido por sucessivos governos. Em Setembro 2015 no 9º Fórum de Verão de Davos em Dalian o Primeiro-Ministro Li Keqiang referia que "*Sem transformação estrutural e melhorias não seremos capazes de sustentar o crescimento económico a longo prazo*" a "*longo prazo o governo terá de enfrentar excesso capacidade de produção e*

aumento de créditos mal parados" e no 12º Plano Quinquenal (2011-2015) fala-se na evolução da China da fábrica do mundo para a fábrica da China e da fábrica do mundo para o escritório do mundo e aponta-se como chaves para a transformação económica o aumento do consumo interno especialmente de serviços, a conservação da energia, a proteção do ambiente, um desenvolvimento regional mais equilibrado com maior ligação entre as províncias do centro e ocidente com ligações de caminho-de-ferro de alta velocidade, a diminuição do gap entre o mundo rural e o urbano e um crescimento futuro baseado na qualidade e na eficiência o que coloca um imperativo na inovação tecnológica nos processos de gestão, governação e nos comportamentos. O 13º Plano Quinquenal (2016-2020) prossegue esta orientação e coloca como objetivo atingir o rendimento per-capita em US\$12000 em 2020 e maior urbanização por forma a aumentar o consumo. Mas este Plano vai introduzir um outro objetivo importante que é a melhoria da indústria chinesa, pretende-se o desenvolvimento da Indústria 4.0 através da implementação dos Planos Made in China 2025 e Internet Plus. Porque para evitar a "*Armadilha do Rendimento Médio*" a China precisa de subir na cadeia de valor.

Para conseguir obter estes objetivos a China reforça a sua política de *Going out* já não interessa só captar IDE para integrar as CsVG na China o jogo agora passa a ser liderar essas cadeias e integrá-las no mundo por forma a internalizar as vantagens de outros países nas empresas globais chinesas cuja orientação é deixar de ser "*só cópias ... A China expandir-se-á através das suas próprias inovações e através de aquisições*" (Neil Shen do Sequoia's Capital, Economist 12/09/2015). Ao caminhar

para este novo modelo de desenvolvimento a China está a entrar no que se pode considerar a 2ª fase da globalização da China, uma fase mais proactiva em que o seu modo de entrada em outros mercados é para além de exportações ativas diretas o Investimento Direto Estrangeiro Exterior (IDEE) sobretudo na forma de Fusões e Aquisições.

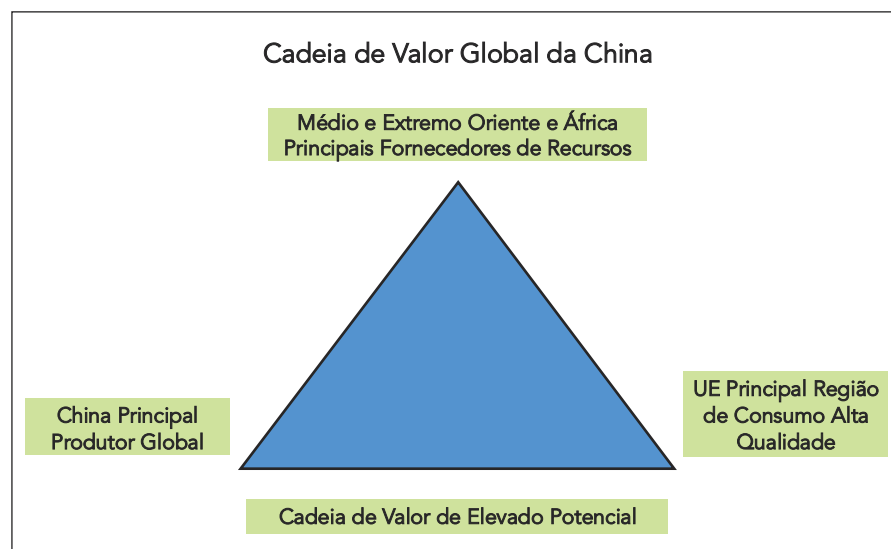
Uma Faixa Uma Rota, a Nova Rota Marítima do Século XXI e a Cadeia de Valor Global da China

Ainda antes do mundo ter tomado conhecimento da atitude protecionista dos EUA na era Trump, o Presidente chinês Xi Jinping lançou em 2013 uma iniciativa ambiciosa que pretende simultaneamente resolver os problemas globais e os da China referidos acima. Essa iniciativa *Uma Faixa Uma Rota, a Nova Rota Marítima do Século XXI*, normalmente referida como a *Nova Rota da Seda*, tem uma forte componente economicista e pretende alcançar uma nova fase da globalização mundial, respeitando no entanto a filosofia confucionista de Harmonia no Mundo e na Sociedade Global.

De acordo com o documento orientador desta iniciativa *Vision and Actions in Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st Century Maritime Silk Road* publicado em março 2015, pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma do Ministério do Comércio da República Popular da China "A iniciativa permitirá à China expandir mais e aprofundar a sua abertura e fortalecer a cooperação mutuamente benéfica com países na Ásia, Europa e África e o resto do mundo". A China propõe-se desenvolver CsVG lideradas por empresas chinesas integrando nelas empresas de África, Médio e Extremo Oriente como principais fornecedoras de recursos, empresas

chinesas como principais produtores globais e a União Europeia (UE) como a principal região do mundo de consumo de produtos de alta qualidade.

economic Partnership uma zona de comércio livre entre a ASEAN e China, Austrália, Índia, Japão, Coreia do Sul, Nova Zelândia, a SCO (Shanghai Cooperation Organization) o CEPA



A visão deste documento é a construção de um network de zonas livres de comércio, uma forma dos países interligarem as suas estratégias de desenvolvimento, complementando as suas vantagens competitivas. A cooperação no investimento e comércio é um objetivo principal na implementação desta iniciativa e a eliminação de barreiras à circulação de capitais e produtos, assim como a abertura de áreas de comércio livre são tarefas essenciais para expandir o potencial de cooperação entre os países da Nova Rota da Seda. O aumento de cooperação no investimento e comércio é um dos principais focus dos Acordos de Parcerias Estratégicas, que China assinou já com 47 países (a parceria com Portugal foi assinada em 2005) e 3 espaços integrados a Ue, a ASEAN e a União Africana. É também uma razão chave para o reforço de processo de integração económica entre a China e várias áreas geográficas como a ASEAN-China Free Trade Area, a Regional Comprehensive Eco-

(Close Economic Partnership Arrangement). Também na agenda de negociações com a UE está a criação de uma zona de livre de comércio euroasiática que no entanto não tem tido progressos, porque a UE considera ainda não estarem reunidas as condições de abertura do mercado chinês aos parceiros europeus com o mesmo grau de reciprocidade com a China pretende que os mercados europeus se abram à China.

Em termos tangíveis é um enorme projeto de construção de infraestruturas de transportes e bases de produção e logística ligando a China à Europa com uma rota terrestre que percorre 6 corredores e uma rota marítima, que é praticamente traçada no percurso inverso à rota que os navegadores portugueses fizeram nos séculos XV e XVI, estas rotas começam em vários locais da China e vão até Duisburg na Alemanha, percorrendo vários caminhos onde vão criando zonas de comércio livre, investimento e desenvolvimento. Os

países que quiserem integrar esta Nova Rota da Seda deverão preparar-se para cooperar pacificamente num projeto global que pretende ser integrativo, construído em conjunto por todos e bom para todos "win win" e não um jogo de soma zero.

A China liga a iniciativa Uma Faixa Uma Rota com duas iniciativas complementares a 'A Cooperação na Produção Internacional' e 'Cooperação em Mercados de Terceiros Países'. A iniciativa 'Cooperação na Produção Internacional' pretende combinar a produção industrial da China com a procura global existente e a 'Cooperação em Mercados de Terceiros Países' pretende combinar a capacidade de produção da China com a tecnologia avançada e equipamentos de países desenvolvidos para em conjunto desenvolverem mercados nos países em desenvolvimento. O Primeiro-Ministro Li Keqiang, afirmou no Summer World Forum em Davos 2015 que "Nós acreditamos que estas iniciativas podem ajudar a abrir mais o nosso país e a forjar uma cadeia industrial global mais equilibrada e inclusiva".

A China trabalhará com os Países da Rota em projetos de interesse bilateral e multilateral e irá tentar ligar estas iniciativas com as estratégias de desenvolvimento dos países envolvidos, para isso alocou recursos consideráveis a esta iniciativa tendo criado o New Silk Road Fund com \$40 mil milhões para promover o investimento privado ao longo de Uma Faixa Uma Rota, o Banco Asiático Investimento em Infraestruturas com um capital inicial de \$50 mil milhões com financiamento de 47 países (Portugal é um deles) mas que deverá chegar rapidamente aos \$100 mil milhões uma vez que existe uma lista de 25 países que mostra-

ram interesse em entrar com capital para este banco e o China Development Bank que declarou a intenção de investir US\$900 mil milhões na iniciativa (Bert Hofman, Banco Mundial, 12/04/2015). A China aderiu também recentemente ao Banco de Reconstrução e Desenvolvimento Europeu, que não irá investir na China mas permitirá às empresas chinesas investirem em projetos de reconstrução e desenvolvimento em países europeus membros do Banco e que apoia sobretudo a construção de projetos de infraestruturas e energia. A questão que se coloca é como coordenar as diferentes economias ao longo de Uma Faixa e Uma Rota?

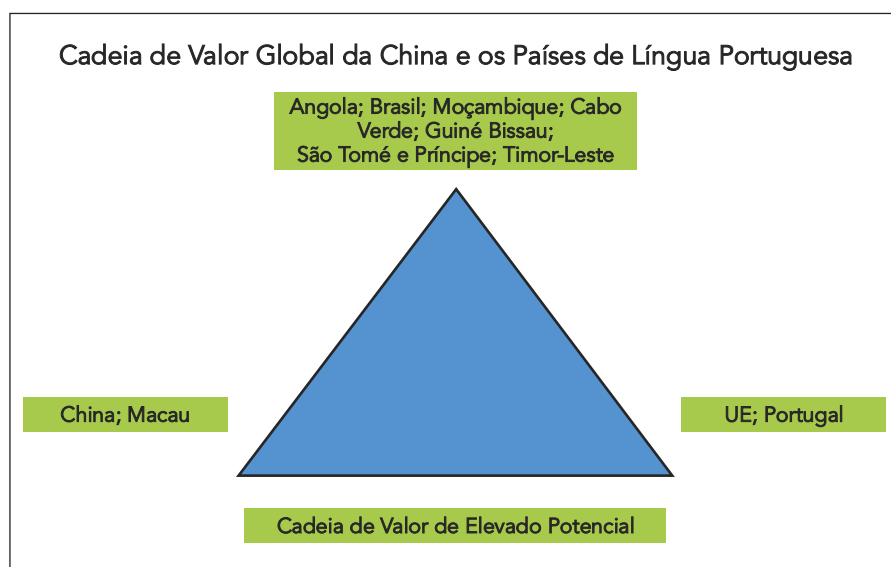
A Cadeia de Valor Global da China e os Países de Língua Portuguesa

No caso da Cadeia de Valor Global da China com os Países de Língua Portuguesa a responsabilidade de coordenação das economias destes países a esta iniciativa está acoetida ao Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa criado em 2003 com um Secretariado Permanente em Macau

com o objetivo de transformar Macau numa Plataforma de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e ao Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa que financia os projetos.

A China deverá tentar ligar esta iniciativa com as estratégias de desenvolvimento dos países envolvidos e no caso dos Países de Língua Portuguesa é importante que estas instituições que em Macau têm a responsabilidade de coordenação tenham um bom conhecimento das realidades e dos projetos desses países.

O Fórum de Macau realizou de 2003 a 2016 cinco Conferências Ministeriais e cinco Planos para a Cooperação Económica e Comercial. Na cerimónia de abertura da 5ª Conferência Ministerial do Fórum que decorreu em Macau a 11/10/2016 Chiu Sai On Chefe Executivo do Governo da Região Administrativa Especial de Macau referiu que "O objetivo do Fórum de Macau é a lógica subjacente à estratégia Uma Faixa uma Rota são semelhantes". Em 2016, Macau elaborou pela pri-



meira vez um Plano de Desenvolvimento Quinquenal que tem como prioridades a participação de Macau na estratégia “Uma Faixa, Uma Rota” e a construção da “Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”.

Durante a 5ª Conferência Ministerial várias medidas de apoio foram anunciadas por Li Keqiang como a concessão aos países membros do Fórum de Macau em África e Ásia de USD\$300 milhões de empréstimos em condições preferenciais para serem aplicados no reforço da capacidade produtiva dos países beneficiários e para reforçar a cooperação na construção de infraestruturas e de mais USD\$300 milhões para apoiar projectos que visem o bem-estar das populações nomeadamente agrícolas, de prevenção e combate à malária e de pesquisa de medicinas tradicionais. Foram também anunciadas medidas de apoio à saúde materno infantil, 2000 vagas de formação em diversas áreas e 2500 bolsas de estudo. Foi ainda anunciado o perdão de 500 milhões de RMB de dívidas já vencidas de empréstimos. Nesta Conferência as iniciativas complementares de uma Faixa Uma Rota a ‘Cooperação na Produção Industrial’ e a ‘Cooperação em Mercados de Terceiros Países’ foram estimuladas

com os anúncios respetivamente de que “*O Governo da China irá promover ativamente a conexão das indústrias e a cooperação da capacidade produtiva com os Países de Língua Portuguesa do Fórum da Macau, estimular as empresas a construir ou renovarem as zonas de cooperação económica e comercial nos referidos países*” e de que o “*O Governo da China irá empenhar-se na exploração de terceiros mercados em conjunto com as empresas dos Países de Língua Portuguesa*”. Outra importante novidade desta Conferência Ministerial é que o Fundo de Cooperação e de Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa criado durante a 3ª Conferência Ministerial em 2010, no valor de US\$ 1000 milhões e da responsabilidade do Banco de Desenvolvimento da China e do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa que passa a ser gerido em Macau e não em Pequim o que permite uma maior proximidade e uma melhor ligação entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Portugal demonstrou já o seu interesse em participar ativamente na iniciativa de construção conjunta da Nova Rota da Seda e o Primeiro-Ministro Português António Costa na Sessão de Abertura da 5ª Conferen-

cia Ministerial marcou a posição de Portugal nesta iniciativa dizendo que “*Portugal e a China devem juntar forças para a promoção de uma cooperação triangular com os restantes países de língua portuguesa em setores como agricultura, infraestruturas e educação, “...” proteção ambiental, energias renováveis*” e que “*Além da cooperação bilateral entre a China e Portugal há disponibilidade mútua para cooperação triangular*” concluindo que “*Juntando as forças de Portugal, China e Brasil e dos restantes países de língua portuguesa, poderemos fazer mais em conjunto do que seria em separado*”.

Não devemos assim olhar para Macau apenas como um legado histórico deixado a Portugal e à China como mistura civilizacional harmoniosa do oriente ocidente mas sim como um ativo que se projeta no futuro, na construção de uma iniciativa integradora global para o qual a China considera o contributo de Portugal e de outros Países de Língua Portuguesa importantes e para o qual convoca Macau que para isso terá de preparar reforçando-se como uma plataforma de informação, conhecimento e relacionamentos, da China e outros países da região asiática com Portugal na UE com o Brasil na América Latina e com os Países Africanos de Língua Portuguesa. ■

Bibliografia

- Akamatsu K. (1962), A historical pattern of economic growth in developing countries. *Journal of Developing Economies*, 1(1):3-25, March-August.
- Bert Hofman, World Bank (12/04/2015).
- Dunning J.H. (1980), Towards an Eclectic Theory of International Production: Some Empirical Tests, *Journal of International Business Studies*, Vol. 11, 1, pp. 9-31.
- Dunning J.H. (1988), The Eclectic Paradigm of International Production: A Restatement and Some Possible Extensions; *Journal of International Business Studies*, Vol. 19, 1, pp. 1-31.
- Porter, M. E (1985), *The Competitive Advantage: Creating and Sustaining Superior Performance*, NY, Free Press.
- World Investment Report, UNCTAD 2013.